

Acordo com os credores exige novas negociações

Os técnicos do Banco Central concluem nesta segunda-feira o levantamento das propostas de renegociação da dívida externa apresentada pelos bancos credores privados, mas acreditam que ainda seja necessária mais uma rodada de conversações para se chegar a um acordo. O prazo para a reformulação das opções de renegociação apresentadas pelos bancos em março esgotou-se às 2h da madrugada de quarta-feira (meia-noite em Nova Iorque). Elas serão consolidadas pelos computadores do Banco Central no início da semana.

As primeiras informações chegadas antes do feriado da Semana Santa indicavam que alguns dos grandes bancos já estavam alterando a proporção dos títulos de renegociação, trocando parte dos bônus ao par por bônus de desconto. Mas a migração ainda não parece atingir o ritmo desejado pelo governo brasileiro, que quer emitir o mínimo possível de bônus ao par. A definição de um acordo deverá ocorrer entre os dias 19 e 23 de abril, quando o Comitê de Bancos Credores terá um encontro com a equipe de negociação brasileira, chefiada pelo embaixador Pedro Mallan.

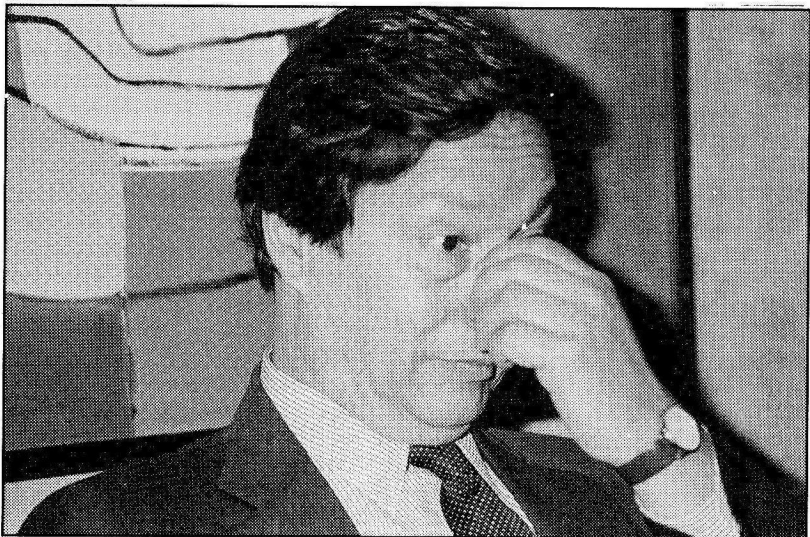
Alternativas — A proposta dos bancos foi apresentada no dia 16 de março, quando 802 instituições, representando 96,7 por cento da dívida, aderiram ao acordo para a renegociação de 44 bilhões de dólares. Foram oferecidas sete alternativas diferentes

aos credores. Eles optaram por trocar 65,94 por cento de suas dívidas pelos bônus ao par, que não oferecem desconto ao Brasil e ainda exigem a formação de garantias de pagamento, que devem ser feitas com títulos do Tesouro dos Estados Unidos. O Brasil teria que usar parte de suas reservas e partes dos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) para comprar cerca de 3 bilhões de dólares em títulos e deixá-los como garantia aos credores.

Na primeira rodada os bancos aceitaram trocar apenas 18,27 por cento da dívida pelos bônus de desconto, papéis que também têm garantia mas que oferecem perdão e 35 por cento no valor da dívida velha. O desejo dos negociadores brasileiros é aumentar a participação dos bônus de desconto e reduzir os bônus ao par, de modo a diminuir o impacto das garantias sobre suas reservas.

O próprio acordo inicial firmado no ano passado previa que se a proposta inicial não agradasse ao governo brasileiro, os bancos teriam 15 dias para fazer uma reformulação voluntária. Foi este o prazo que esgotou-se nesta semana. Se mesmo assim não se atingir uma proposta favorável, o Brasil tem o direito de pedir uma segunda rodada de negociações. Só quando se chegar a um termo de consenso, é que a proposta final será encaminhada ao Senado Federal, a quem caberá a última palavra sobre a negociação.

JEFERSON PINHEIRO



Pedro Mallan chefiará a reunião com o Comitê dos Bancos Credores